



Janeiro/2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário - TPJ Judiciária e Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'TA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para as questões de números 1 a 4, considere o texto que segue.

1 *A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais*

5 *artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a*

10 *outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as*

Podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional.

15 *Alguns autores preferirão falar de meio pré-técnico em lugar de meio natural. Mas a própria ideia de meio geográfico é inseparável da noção de técnica. Para S. Moscivici (1968), as condições do trabalho estão em*

20 *relação direta com um modo particular de constituição da natureza, e a inexistência de artefatos mais complexos ou de máquinas não significa que uma dada*

25 *sociedade não disponha de técnicas. Estamos, porém, reservando a apelação de meio técnico à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas, já que estas, unidas*

30 *ao solo, dão uma toda nova dimensão à respectiva geografia. Quanto ao meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os*

objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica

informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.

(Milton Santos. **A natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 186 e 187)

1. No texto, o autor
 - (A) evidencia seu desacordo com os estudos da *história das chamadas relações entre sociedade e natureza*, por considerar esses dois polos naturalmente inconciliáveis.
 - (B) defende que o progresso de uma sociedade se mede pela interferência cada vez mais intensa de instrumentos no meio em que se vive.
 - (C) adverte para o caráter altamente singular tanto do modo como cada agrupamento humano está numa também singular natureza, como do modo como age sobre ela.
 - (D) reluta em acatar a clássica divisão da história do meio geográfico em três estágios, porque, sendo essa tripartição pouco refinada, impede teorização aceitável.
 - (E) aponta as diversas modalidades de agrupamentos sociais como dificuldade relevante para a configuração de um meio menos natural, isto é, tecnicamente mais adequado.

2. É correto afirmar:

- (A) O futuro do presente simples *preferirão* (linha 15) foi empregado para exprimir, com valor de presente, uma probabilidade sobre o fato mencionado.
- (B) Se o autor estivesse tratando de "meios", a forma da expressão teria de ser "meios pré-técnico".
- (C) A conjunção *Mas* (linha 16), em vez de, como usualmente, introduzir oração que denota restrição ao que foi dito anteriormente, indica apenas que se vai passar para outro assunto diferente, como em "Corrupção é o tema do dia, mas vou falar de amizade".
- (D) Compreende-se que o autor, em sua abordagem, não estabelece distinção entre "técnicas" e "artefatos", sejam estes mais complexos ou menos complexos.
- (E) O segmento *a própria ideia de meio geográfico é inseparável da noção de técnica* (linhas 16 e 17) equivale a "o apropriado conceito de meio geográfico prescinde da noção de técnica".

3. *Estamos, porém, reservando a apelação de meio técnico à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas, já que estas, unidas ao solo, dão uma toda nova dimensão à respectiva geografia.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, afirma-se com correção:

- (A) O emprego de *Estamos* evidencia inquestionavelmente que o autor fala em nome do grupo de pesquisadores que adota a expressão *meio técnico* para designar a fase posterior à invenção e ao uso das máquinas.
- (B) Substituindo *reservando a apelação* por "nomeando", o segmento manteria a correção e o sentido originais com a formulação "nomeando de *meio técnico* à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas".
- (C) O pronome *estas* retoma a *invenção* e as *máquinas*.
- (D) A expressão *unidas ao solo* exprime a circunstância que determina a existência da *nova dimensão* citada.
- (E) O termo *respectiva* sinaliza que se trata da *geografia* já citada no texto.



4. Quanto ao meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.

No trecho acima transcrito,

- (A) a colocação de dois-pontos depois de “meio técnico-científico-informacional” preservaria o sentido e a correção originais.
- (B) a palavra *onde* está empregada em conformidade com o padrão culto escrito, assim como o está em “O atendimento foi inadequado, é onde o governador cobrou providências urgentes”.
- (C) a expressão *os objetos mais proeminentes* equivale, no contexto, a “artefatos até os mais simples”.
- (D) o segmento *da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade* pode ser substituído por “a qual devem o alto coeficiente de intencionalidade”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.
- (E) o segmento *da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade* pode ser substituído por “à que devem o alto coeficiente de intencionalidade”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

Atenção: Para responder às questões de números 5 e 6, considere o texto que segue.

“No meu tempo, já existiam velhos, mas poucos”. A frase de Machado de Assis nos leva a supor que havia mais velhos quando ele próprio se tornou um velho. E hoje, muito mais ainda, embora os manuais de redação recomendem que não se fale mais em “velhos”, mas em “idosos”.

(Carlos Heitor Cony, “Prazo de validade”. **Folha de S. Paulo**, A2 opinião, 27/10/2011)

5. No fragmento acima, as formas verbais *havia* e *se tornou* foram empregadas para

- (A) indicar, respectivamente, uma ação provável e uma ação efetivamente realizada no passado.
- (B) indicar, entre ações simultâneas passadas, uma que estava se processando quando sobreveio a outra.
- (C) denotar que ambas as ações tiveram a mesma duração momentânea.
- (D) substituir, ambas, o futuro do pretérito.
- (E) denotar fatos que foram um (o segundo) a consequência do outro (o primeiro).

6. Afirma-se com correção:

- (A) Do ponto de vista gramatical, é apropriada a substituição de *existiam* por “deviam haver”.
- (B) Considerado o que aconselha o padrão culto escrito, é adequada a substituição de *recomendem que não se fale* por “recomendem que não fale-se”.
- (C) Do ponto de vista do sentido, são equivalentes os segmentos *quando ele próprio* e “quando mesmo ele”.
- (D) As aspas em “*velhos*” e “*idosos*”, na última linha, são exigidas por remeterem às palavras empregadas por Machado de Assis.
- (E) O uso de *embora* sinaliza que os manuais de redação, ainda que se oponham ao emprego de “velhos”, não impedem Cony de usar a palavra para designar “idosos”.

7. A líder dos representantes comerciais esqueceu os seus estojos de amostras, o que certamente, explica o constrangimento que todos sentimos.

Consideradas a clareza e a correção, assinale o legítimo comentário sobre a frase acima.

- (A) Está redigida de modo claro e correto.
- (B) Necessita de uma única correção: a colocação de uma vírgula antes de **certamente**.
- (C) Necessita I da correção da ambiguidade – o segmento **os seus estojos de amostras** pode ser substituído por “os estojos de amostras do grupo”, se esse for o sentido desejado; e II da correção da pontuação – pode ser colocada uma vírgula antes de **certamente**.
- (D) Necessita de duas correções: I para a eliminação da ambiguidade, o segmento **os seus estojos de amostras** deve ser substituído por “o seu próprio estojo de amostras”, único sentido aceitável para a frase; II a vírgula depois de **certamente** deve ser retirada.
- (E) Necessita de duas correções: I da substituição do segmento **que todos sentimos**, inaceitável pelo padrão culto escrito, por “que todos sentiram”, e II da colocação de uma vírgula antes de **certamente**.

8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Havia uma lei que trata dos direitos da mulher, sendo sua condição social qualquer e se juntou nisso o princípio: toda violência tem de ser denunciada.
- (B) À lei que trata dos direitos da mulher, de qualquer condição social, incorporou-se o princípio de que toda violência tem de ser denunciada.
- (C) Denunciar toda violência é o princípio incorporado na lei referente os direitos da mulher, considerando em qualquer condição social em que estiver incluída.
- (D) Juntando a lei que trata dos direitos da mulher, sob toda condição social que demonstrar, e obrigatoriamente denunciar toda violência, houve uma incorporação de princípios.
- (E) Há um princípio – toda violência tem de ser denunciada – que se incorporou em lei dizendo respeito à garantir os direitos das mulheres, respeitando-a quanto à condição social, desde a melhor até a mais reduzida.



<p>9. A frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:</p> <p>(A) A mãe sempre intervia nas discussões, mas os mal-entendidos entre o pai e o filho eram tão frequentes e tão excessivos, que um e outro já não dominavam a sua própria agressividade.</p> <p>(B) Com aquele jeito bonachão, a cada passo da viagem recaptulava a esplêndida experiência que tivera anteriormente, a ponto dos colegas pedirem que dispensasse as descrições.</p> <p>(C) Nesse processo de conscientização, são importantes o reconhecimento e respeito às diferenças, e como ele não as exercita só obstrói o crescimento do grupo.</p> <p>(D) Se muitas perdas avissem daquela decisão, ele as lamentaria, mas sem imputá-las jamais aos que denominava "guardiães da boa conduta alheia".</p> <p>(E) Ao término do prazo de exceção, em que os processos não tiveram andamento, requereu nova acaresação, com vistas a questionar o réu sobre as incongruências da anterior.</p>	<p>12. Para fins da Lei nº 13.332/2007 considera-se carreira</p> <p>(A) a simbologia dos vencimentos representada por letras.</p> <p>(B) a organização estruturada dos cargos, sendo definida por padrões salariais.</p> <p>(C) o conjunto de atividades específicas, da mesma natureza, que caracterizam a área em que o servidor desenvolverá suas habilidades.</p> <p>(D) a passagem do servidor efetivo de um padrão para o outro imediatamente superior, dentro do mesmo cargo.</p> <p>(E) o conjunto de funções da mesma natureza e requisitos semelhantes que definem e ordenam as atividades, providos por concurso público.</p>
<p>10. A frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:</p> <p>(A) O projeto reformulado por implicar atitude discriminatória no tocante a raças foi sancionado pelo presidente, o que o fez ser saudado com grande entusiasmo.</p> <p>(B) A assessoria negou que o dirigente obtem informações por meios considerados expúrios, mas se propôs a discutir a questão perante uma comissão técnica.</p> <p>(C) Propuseram que todas as sexta-feiras, impreterivelmente ao mesmo horário, o grupo faça uma apresentação detalhando o avanço semanal da pesquisa.</p> <p>(D) Havendo crido nos seus sócios, manifestou seu lado mais ingênuo, o que faz que o advogado do jovem crédulo alimente a pretensão de pugnar por sua inocência.</p> <p>(E) São problemas, evidentemente, de ordem institucionais, que devem ser evitados sob pena de a barbárie vir a se instalar irreprimível na organização.</p>	<p>13. Com relação a Organização Judiciária do Estado de Pernambuco considere as seguintes assertivas a respeito da Divisão Judiciária.</p> <p>I. Comarcas integradas constituem-se da reunião de comarcas, uma das quais será sua sede.</p> <p>II. O município que ainda não seja sede de comarca constitui termo judiciário.</p> <p>III. O Distrito Estadual de Fernando de Noronha constitui Distrito Judiciário Especial da Comarca da Capital.</p> <p>De acordo com a Lei Complementar nº 100/07 está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação Aplicada</p> <p>11. De acordo com a Lei nº 6.123/68 – Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado de Pernambuco, a promoção obedecerá</p> <p>(A) alternadamente, aos critérios de merecimento e antiguidade na classe.</p> <p>(B) subsidiariamente, aos critérios de merecimento e antiguidade na classe.</p> <p>(C) sucessivamente, aos critérios de merecimento e antiguidade na classe.</p> <p>(D) sucessivamente, aos critérios de antiguidade na classe e merecimento.</p> <p>(E) exclusivamente o critério de antiguidade na classe.</p>	<p>14. De acordo com a Lei Complementar nº 100/2007 que estabelece a Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, a designação dos Juizes Corregedores considerar-se-á finda</p> <p>(A) após o decurso do período de um ano contado da designação, vedada a recondução.</p> <p>(B) com o término do mandato do Corregedor Geral, vedada a recondução.</p> <p>(C) após o decurso do período de dois anos contados da designação, vedada a recondução.</p> <p>(D) após o decurso do período de três anos contados da designação, permitida a recondução.</p> <p>(E) com o término do mandato do Corregedor Geral, permitida a recondução.</p>

**Raciocínio Lógico**

15. As seqüências de números naturais: 3, 7, 6, 10, 9, 13, 12, 16, 15, . . . , e 4, 8, 7, 11, 10, 14, 13, 17, 16, . . . foram criadas com uma regra que alterna uma mesma adição e uma mesma subtração ilimitadamente. São diferentes porque começaram com números diferentes. A soma entre o 12^o termo de uma seqüência, criada com essa mesma regra e cujo número inicial é 7, e o 13^o termo de uma outra seqüência, criada com essa mesma regra e cujo número inicial é 8, é
- (A) 15.
(B) 25.
(C) 40.
(D) 52.
(E) 66.
-
16. As quatro primeiras consoantes do alfabeto são, em ordem alfabética, B, C, D e F. Com essas quatro letras podem ser escritas 24 seqüências diferentes. Uma delas é BCDF, a primeira de uma lista em ordem alfabética, e uma outra pode ser DCBF. A posição da seqüência DCBF na lista alfabética dessas 24 seqüências é
- (A) 10.
(B) 13.
(C) 15.
(D) 17.
(E) 23.
-
17. Um rapaz e uma moça estão juntos no centro de um campo de futebol. Andam um metro juntos na direção NORTE. A partir desse ponto a moça para de andar e fica olhando fixamente para a direção NORTE. O rapaz gira 90° e anda 2 metros na direção OESTE; gira novamente 90° e anda 4 metros na direção SUL; gira 90° e anda 8 metros na direção LESTE; gira 90° e anda 16 metros na direção NORTE; gira 90° e anda 32 metros na direção OESTE e para. A distância, em metros, entre o rapaz e a moça quando ele cruza a linha imaginária do olhar da moça é, a partir desses dados,
- (A) 12.
(B) 16.
(C) 19.
(D) 24.
(E) 32.
-
18. Eram 22 horas e em uma festa estavam 243 mulheres e 448 homens. Verificou-se que, continuamente a cada nove minutos, metade dos homens ainda presentes na festa ia embora. Também se verificou que, continuamente a cada 15 minutos, a terça parte das mulheres ainda presentes na festa ia embora. Desta forma, após a debandada das 22 horas e 45 minutos, a diferença entre o número de mulheres e do número de homens é
- (A) 14.
(B) 28.
(C) 36.
(D) 44.
(E) 58.



Noções de Informática

19. Considere a seguinte situação em uma planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	José	14
2	Álvaro	72
3	Penélope	130
4	Dominique	188
5	Próximo	

Selecionar as células de B1 até B4 e depois arrastar essa seleção pela alça de preenchimento para a célula B5, fará com que o valor correspondente a Próximo seja

- (A) 196.
(B) 212.
(C) 232.
(D) 246.
(E) 306.
-
20. O componente de Compartilhamento de Arquivos e Impressora para Redes Microsoft permite que outros computadores de uma rede acessem recursos em seu computador usando uma rede da Microsoft. No *Windows XP Professional*, para compartilhar uma impressora existente pelo uso do Painel de Controle no modo de visualização por categorias, o usuário deverá abrir a opção
- (A) Adicionar Novo *Hardware*, e na tela de ajuda para a inclusão de um novo *hardware*, escolher a opção Adicionar Compartilhamento de Arquivos e Impressora.
(B) Impressoras e Outros *Hardware*s e em seguida clicar em Impressoras e Aparelhos de Fax, e ao clicar com o botão direito do mouse sobre a impressora, escolher a opção Compartilhar.
(C) Sistema, e na aba de *Hardware*, entrar na opção Gerenciador de Dispositivos, escolher a impressora na lista de dispositivos e clicar na opção Compartilhamento.
(D) Opções de Acessibilidade, e na aba de Impressoras, escolher a opção Compartilhamento de Arquivos e Impressora.
(E) Manutenção e Desempenho, escolher a opção Ferramentas Administrativas e Gerenciador de Dispositivos. Na aba de Impressoras, escolher a impressora desejada e escolher Compartilhar Impressora.
-
21. Pedro utiliza em seu computador o Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional. Certo dia teve a necessidade de criar uma pasta no *Hard Disk* (HD). Após várias tentativas, conseguiu criar a pasta com o nome
- (A) Gastos*Meses
(B) Valores_R\$
(C) Diversos\Arquivos
(D) Controle|Clientes
(E) _Data?Hora
-
22. No âmbito de navegadores da Internet, *plugins* são
- (A) extensões usadas para traduzir textos diretamente no *site*.
(B) Aplicativos para extração de cópia de arquivos do navegador para o computador.
(C) pequenos programas que adicionam funções auxiliares ao navegador.
(D) pequenos textos que os *sites* podem enviar aos navegadores, anexado a qualquer tipo de propaganda.
(E) programas com conteúdo suspeito, que se instalam em seu computador sem seu conhecimento.

**Noções de Direito Constitucional**

23. Em virtude do crime que cometeu onze meses atrás no Estado do Rio Grande do Sul, Romeu estava escondido no interior da sua casa na Cidade de Porto Velho, Rondônia. A autoridade policial, avisada do local do seu esconderijo, invadiu a casa e efetuou a prisão de Romeu durante o dia porque, conforme prevê a Constituição Federal,
- (A) estava apoiada por determinação judicial que permitia seu ingresso na casa para efetuar a prisão.
 - (B) soube da prática de crime e, assim, podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
 - (C) o meliante encontrava-se em flagrante delito e, assim, a polícia podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
 - (D) o meliante mudou de Estado foragido e, assim, a polícia podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
 - (E) a polícia tem poder suficiente para ingressar e efetuar a prisão no interior da casa, mesmo sem o consentimento do morador e independentemente de ordem judicial.
-
24. Ataulfo e Valmir, Prefeitos de dois Municípios vizinhos, visando ao desenvolvimento econômico da região, tiveram a ideia de fundi-los num único Município. Porém, segundo a Constituição Federal, para que tal fusão ocorra é necessário, dentre outros requisitos,
- (A) parecer prévio da Assembleia Legislativa do Estado e aprovação do Governador do Estado.
 - (B) parecer prévio de ambas as Procuradorias dos Municípios envolvidos e aprovações das Câmaras Municipais.
 - (C) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
 - (D) opinião prévia dos sindicatos sediados em ambos os Municípios envolvidos com o fim de resguardar os interesses dos trabalhadores.
 - (E) reunião no prazo de sessenta dias, com as entidades religiosas e públicas de ambos os Municípios para definir o nome do único Município, após a fusão ter sido aprovada pelas Câmaras Municipais.
-
25. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao
- (A) Ministério da Educação.
 - (B) Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) Conselho da Justiça Federal.
 - (D) Ministério da Justiça.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça.
-
26. Sobre os Tribunais e Juizes dos Estados, é INCORRETO afirmar que
- (A) o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
 - (B) a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
 - (C) a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão, cabe aos Estados.
 - (D) o Tribunal de Justiça deverá funcionar de forma centralizada, proibida a constituição de Câmaras regionais.
 - (E) para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

**Noções de Direito Administrativo**

27. No que diz respeito às espécies de atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) os atos negociais, embora unilaterais, encerram um conteúdo negocial, de interesse recíproco da Administração e do administrado, mas não adentram a esfera contratual.
 - (B) não há distinção entre o ato punitivo da Administração, apenando o ilícito administrativo e o ato punitivo do Estado, que apena o ilícito criminal, visto que ambos têm a natureza de ilicitude.
 - (C) os atos negociais são genéricos, abstratos e de efeitos gerais, que não se limitam entre as partes – Administração e administrado requerente.
 - (D) os atos ordinatórios atuam também no âmbito interno das repartições, alcançando funcionários subordinados a outra chefia, assim como obrigam os particulares.
 - (E) nos atos ordinatórios, além de sua função ordinatória, observa-se que eles criam, normalmente, direitos e obrigações para os administrados, mas não geram deveres para os agentes administrativos a que se dirigem.
-
28. Quanto a invalidação dos atos administrativos consistentes em sua revogação e anulação, é certo que a
- (A) revogação e a anulação que, embora constituam meios de invalidação dos atos administrativos, se confundem e se empregam indistintamente.
 - (B) faculdade de invalidação dos atos administrativos pela própria Administração é bem mais ampla do que se concede à Justiça Comum, porque esta só pode desfazer seus atos quando ilegais.
 - (C) anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo legítimo e eficaz, enquanto que pela revogação se invalida um ato ilegítimo ou ilegal.
 - (D) faculdade de revogar o ato administrativo só pode ser executada a pedido, e por autoridade superior, nunca pelo mesmo agente que o praticou.
 - (E) anulação de um ato administrativo é exclusividade do Poder Judiciário, devendo, de regra, ser levado à sua apreciação por meios procedimentais.
-
29. Os serviços de preservação da saúde pública e os de polícia, dentre outros, são considerados serviços
- (A) públicos ou impróprios do Estado e também administrativos.
 - (B) de utilidade pública, assim como impróprios do Estado ou *uti singuli*.
 - (C) públicos, assim como, próprios do Estado ou *uti universi*.
 - (D) públicos ou semi-comerciais e também administrativos.
 - (E) de utilidade pública, e também próprios do Estado ou *uti singuli*.
-
30. Tendo em vista os princípios constitucionais que regem a Administração Pública é INCORRETO afirmar que a
- (A) eficiência, além de desempenhada com legalidade, exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.
 - (B) lei para o particular significa *pode fazer assim*, e para o administrador público significa *deve fazer assim*.
 - (C) moral administrativa é o conjunto de regras que, para disciplinar o exercício do poder discricionário da Administração, o superior hierárquico impõe aos seus subordinados.
 - (D) publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade.
 - (E) impessoalidade permite ao administrador público buscar objetivos ainda que sem finalidade pública e no interesse de terceiros.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Civil

31. Um casal possui três filhos. Morgana, a filha mais velha, é pródiga e seus outros dois filhos possuem discernimento reduzido, Henrique por ser alcoólatra e Pedro por ser toxicólogo. De acordo com o Código Civil brasileiro,
- (A) Morgana, Henrique e Pedro são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (B) Morgana, Henrique e Pedro são incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer.
- (C) Morgana é incapaz relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer; Henrique e Pedro são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (D) Henrique e Pedro são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer e Morgana é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (E) Henrique é incapaz, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer e Morgana e Pedro são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
-
32. Rosa Vermelha, menor município do Estado das Flores, possui uma Igreja na praça central, duas autarquias municipais, dois partidos políticos e uma associação privada beneficente que protege as crianças carentes da cidade. De acordo com o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público interno APENAS
- (A) o município Rosa Vermelha e as autarquias municipais.
- (B) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais e os partidos políticos.
- (C) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais e a Igreja.
- (D) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais, a Igreja e a associação beneficente.
- (E) os partidos políticos, a Igreja e a associação beneficente.
-
33. Alexandre é agente diplomático do Brasil na Austrália. Citado em Camberra, alegou extraterritorialidade sem designar onde tem, no Brasil, o seu domicílio. De acordo com o Código Civil brasileiro, Alexandre
- (A) deverá ser demandado exclusivamente no último ponto do território brasileiro onde o teve, uma vez que o agente diplomático não possui domicílio certo no Brasil.
- (B) deverá ser demandado exclusivamente no Distrito Federal em razão do cargo de agente diplomático.
- (C) poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- (D) poderá ser demandado no Distrito Federal ou no domicílio de seus ascendentes ou descendentes.
- (E) poderá ser demandado na capital do Estado do último ponto do território brasileiro onde o teve, uma vez que diplomatas possuem domicílios em capitais brasileiras.

34. Considere as seguintes assertivas a respeito da prescrição:
- I. Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil.
- II. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, dentre outras hipóteses, por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- III. Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União.
- IV. Prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

35. Estabelece o Código Civil brasileiro que, se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la
- (A) até o término do prazo recursal de sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, devendo o juiz suprir a alegação quando esta não ocorrer no momento oportuno.
- (B) em qualquer grau de jurisdição, devendo o juiz suprir a alegação quando esta não ocorrer no momento oportuno.
- (C) até a prolação da sentença em primeiro grau de jurisdição, devendo o juiz suprir a alegação quando esta não ocorrer no momento oportuno.
- (D) até a prolação da sentença em primeiro grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- (E) em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

36. Considere:
- I. Os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- II. O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- III. Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- IV. Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, pela totalidade da quantia ilícita resultante da conduta do meliante.

Segundo o Código Civil brasileiro, são responsáveis pela reparação civil, ainda que não haja culpa de sua parte, pelos atos praticados pelos terceiros acima referidos, as pessoas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.



37. Artur mora sozinho em um edifício residencial com vinte unidades. Seu apartamento possui grades nas janelas e terraço envidraçado. Ontem, ele foi trabalhar, permanecendo no apartamento apenas sua empregada doméstica diarista. Quando retornou do trabalho, sua rua estava interditada tendo em vista que havia sido lançado um vaso de flores de uma das janelas do edifício em que ele reside, acarretando a morte de um pedestre. Artur, preocupado com o ocorrido, consultou sua advogada e foi corretamente informado de que ele
- (A) não possui responsabilidade civil, uma vez que, conforme previsto na lei, o envidraçamento de seu terraço é fato excludente de responsabilidade.
- (B) só possui responsabilidade civil pelo ocorrido se tiver concorrido culposamente para a ocorrência do evento.
- (C) não possui responsabilidade civil, tendo em vista que a sua ausência do local dos acontecimentos exclui por si só a sua responsabilidade.
- (D) possui responsabilidade civil pelo acontecimento apenas se for comprovado que na sua unidade habitacional estava presente sua empregada doméstica na hora em que ocorreram os fatos.
- (E) possui responsabilidade civil pelo acontecido independentemente da existência de culpa de sua parte.
38. Marcelo, solteiro, faleceu em um acidente de carro. De acordo com o Código Civil brasileiro, terá legitimidade para exigir que cesse ameaça, ou lesão, a direito da personalidade de Marcelo e reclamar perdas e danos qualquer parente em linha reta
- (A) ou colateral até o segundo grau.
- (B) ou colateral até o terceiro grau.
- (C) ou colateral até o quarto grau.
- (D) até o quarto grau, apenas.
- (E) até o terceiro grau, apenas.
- Noções de Direito Processual Civil**
39. No processo "A", já em fase de execução de sentença, Hortência, proprietária de diversos imóveis, intimada, não indica ao juiz, em cinco dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores. Neste caso, em regra, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, Hortência
- (A) praticou ato atentatório à dignidade da Justiça, e poderá incidir multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, multa essa que reverterá em proveito do credor.
- (B) não praticou ato atentatório à dignidade da Justiça previsto nas disposições gerais aplicadas no processo de execução em geral.
- (C) praticou ato atentatório à dignidade da Justiça, e poderá incidir multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, multa essa que reverterá em proveito do credor.
- (D) praticou ato atentatório à dignidade da Justiça, e poderá incidir multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 50% do valor atualizado do débito em execução, multa essa que reverterá em proveito do Estado.
- (E) praticou ato atentatório à dignidade da Justiça, e poderá incidir multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, multa essa que reverterá em proveito do Estado.
40. No processo I a parte vencida interpôs apelação; no processo II o réu interpôs embargos infringentes; no processo III o autor interpôs recurso especial; no processo IV o réu interpôs agravo de instrumento. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro caberá recurso adesivo APENAS nos processos
- (A) I, II e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.
41. Com relação aos requisitos essenciais da sentença é INCORRETO afirmar:
- (A) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- (B) É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida.
- (C) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- (D) A sentença deve ser certa, exceto quando decida relação jurídica condicional.
- (E) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la de ofício para lhe retificar erros de cálculo.
42. No processo "ZW" o réu foi regularmente citado, mas deixou de oferecer qualquer resposta, tendo sido decretada a sua revelia. Após a decretação da revelia, o autor pretende alterar o pedido. Neste caso, o Código de Processo Civil brasileiro
- (A) veda que o autor altere o pedido, sendo permitida a alteração apenas da causa de pedir.
- (B) permite que o autor altere o pedido desde que promova nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 dias.
- (C) veda que o autor altere o pedido em qualquer hipótese uma vez que a revelia já foi decretada.
- (D) permite que o autor altere o pedido desde que promova nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 10 dias.
- (E) permite que o autor altere o pedido independente de nova citação do réu uma vez que a revelia já foi decretada.
43. Segundo o Código de Processo Civil brasileiro, há litispendência quando
- (A) dois processos apresentam o mesmo autor, tendo um deles já transitado em julgado.
- (B) se repete ação que já foi decidida por sentença, da qual não caiba recurso.
- (C) se repete ação que está em curso.
- (D) dois processos apresentam o mesmo réu, tendo um deles já transitado em julgado.
- (E) dois processos apresentam as mesmas partes, tendo um deles já transitado em julgado.



<p>44. A respeito da petição inicial, considere:</p> <p>I. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.</p> <p>II. Verificando o juiz que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias.</p> <p>III. Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento no prazo de quinze dias, dirigido ao Tribunal Competente, facultando ao juiz no prazo de 24 horas rever a sua decisão.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) II e III. (C) II. (D) I. (E) I e II.</p>	<p>48. A respeito do dolo e da culpa, é certo que</p> <p>(A) a negligência é o comportamento doloso realizado com precipitação ou insensatez.</p> <p>(B) o dolo eventual tem previsão legal diferente do dolo direto para fins de aplicação da pena.</p> <p>(C) a imprudência é a modalidade da culpa em que o agente, por descuido ou desatenção, deixa de tomar o cuidado que determinada atividade exigia.</p> <p>(D) ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, salvo os casos expressos em lei, senão quando o pratica dolosamente.</p> <p>(E) se o agente e o ofendido agiram com culpa, a culpa de um compensa a do outro, excluindo a conduta delituosa.</p>
<p>45. O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada</p> <p>(A) em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de cinco dias.</p> <p>(B) nos autos principais, ouvindo-se o autor no prazo de cinco dias.</p> <p>(C) em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de dez dias.</p> <p>(D) nos autos principais, ouvindo-se o autor no prazo de dez dias.</p> <p>(E) nos autos principais, devendo o juiz decidir de plano sendo defeso à oitiva do réu nesta oportunidade.</p>	<p>49. Tendo agido na estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal, pode, dentre outros, invocar em sua defesa a causa excludente da culpabilidade da obediência hierárquica o</p> <p>(A) funcionário público em relação ao chefe ao qual é subordinado.</p> <p>(B) empregado em relação ao seu empregador.</p> <p>(C) fiel praticante de culto religioso em relação ao sacerdote.</p> <p>(D) filho em relação ao pai.</p> <p>(E) tutelado em relação ao tutor.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Penal</p> <p>46. Para as contravenções penais, a lei prevê a aplicação isolada ou cumulativa das penas de</p> <p>(A) prisão simples e detenção. (B) reclusão e detenção. (C) multa e prisão simples. (D) detenção e multa. (E) reclusão e prisão simples.</p>	<p>50. Tecius, funcionário público municipal, apropriou-se de remédios doados por um laboratório farmacêutico ao Posto de Saúde do qual era médico chefe, e os levou ao seu consultório particular, vendendo-os a seus clientes. Tecius, além de outras infrações legais,</p> <p>(A) responderá por crime de peculato, porque tinha a posse dos medicamentos em razão do seu cargo.</p> <p>(B) não responderá por crime de peculato, porque o objeto desse delito só pode ser dinheiro.</p> <p>(C) só responderá por crime de peculato se a doação dos remédios tiver sido regularmente formalizada e aceita pela Administração Pública Municipal.</p> <p>(D) não responderá por crime de peculato porque os remédios foram recebidos em doação e não foram adquiridos pela Administração Pública Municipal.</p> <p>(E) responderá apenas pelo crime de prevaricação, por ter praticado indevidamente ato de ofício.</p>
<p>47. No que concerne aos elementos do crime, é correto afirmar que</p> <p>(A) não há crime sem ação.</p> <p>(B) os animais irracionais podem ser sujeitos ativos de crimes.</p> <p>(C) o sujeito passivo material de um delito é o titular do bem jurídico diretamente lesado pela conduta do agente.</p> <p>(D) não há crime sem resultado.</p> <p>(E) só os bens jurídicos de natureza corpórea podem ser objeto material de um delito.</p>	<p>51. Rodrigues, funcionário público lotado em repartição fiscal, emprestou sua senha a um amigo estranho ao serviço público, possibilitando-lhe acesso ao banco de dados da Administração Pública, para fins de obtenção de lista de contribuintes e envio de material publicitário. Nesse caso, Rodrigues responderá por crime de</p> <p>(A) tráfico de influência.</p> <p>(B) condescendência criminosa.</p> <p>(C) excesso de exação.</p> <p>(D) prevaricação.</p> <p>(E) violação de sigilo funcional.</p>



52. No que concerne ao crime de corrupção ativa, considere:

- I. Tício comentou com um amigo que estava decidido a oferecer dinheiro a um fiscal que iria examinar os livros de sua empresa no dia seguinte.
- II. Tício ofereceu R\$ 5.000,00 ao fiscal, objetivando determiná-lo a não multar sua empresa pelas irregularidades que apresentava.
- III. O fiscal, aceitou a oferta de Tício e deixou de multar a sua empresa pelas irregularidades que apresentava.

Ocorreu a consumação do delito nas situações indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. Augustus compareceu ao distrito policial e acusou falsamente seu desafeto Paulus de ser o autor de crime de peculato, que sabia não ter se verificado. A autoridade policial lavrou um Boletim de Ocorrência, mas deixou de instaurar inquérito policial por ter constatado a falsidade da acusação. Nesse caso, Augustus

- (A) responderá por tentativa de denúncia caluniosa.
- (B) responderá por comunicação falsa de crime, na forma consumada.
- (C) responderá por denúncia caluniosa, na forma consumada.
- (D) responderá por tentativa de comunicação falsa de crime.
- (E) não responderá por nenhum delito, porque o inquérito policial não chegou a ser instaurado.

Noções de Direito Processual Penal

54. A ação penal proposta pelo ofendido nos crimes de ação pública quando o Ministério Público deixar de oferecer denúncia no prazo legal denomina-se ação penal

- (A) popular.
- (B) pública condicionada.
- (C) privada.
- (D) privada subsidiária da pública.
- (E) pública incondicionada.

55. A respeito das nulidades, é INCORRETO afirmar que

- (A) não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da decisão da causa.
- (B) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa.
- (C) nenhuma das partes poderá arguir nulidade para que tenha concorrido.
- (D) não poderá ser sanada, por ratificação dos atos processuais, a nulidade por ilegitimidade do representante da parte.
- (E) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

56. A respeito da sentença penal, é correto afirmar:

- (A) A sentença penal condenatória transitada em julgado é título executivo judicial no cível.
- (B) As decisões interlocutórias simples são as que encerram uma etapa do procedimento ou a própria relação processual, sem o julgamento do mérito da causa.
- (C) As decisões interlocutórias mistas são as que solucionam a lide, julgando o mérito da causa.
- (D) As sentenças absolutórias não têm efeitos civis, mesmo se reconhecerem a inexistência do fato.
- (E) A motivação da sentença só é requisito da sentença condenatória, sendo dispensável na sentença absolutória.

57. A representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, nos casos previstos em lei, é

- (A) causa de extinção da puberdade.
- (B) pressuposto processual de toda ação penal.
- (C) condição de procedibilidade da ação penal privada.
- (D) pressuposto processual da ação penal privada.
- (E) condição de procedibilidade da ação penal pública.

58. Em um processo penal, a sentença condenatória foi proferida pelo juiz em audiência, com a presença do acusado e de seu defensor constituído. O prazo para o acusado recorrer começará a correr do dia

- (A) da intimação pessoal do acusado por Oficial de Justiça.
- (B) da audiência.
- (C) da intimação pessoal do defensor do acusado por Oficial de Justiça.
- (D) seguinte à intimação do Ministério Público.
- (E) seguinte ao decurso do prazo para recurso do Ministério Público.

59. O termo de conclusão, o cumprimento do mandado de citação e a certidão, são, respectivamente, atos processuais praticados pelos auxiliares da justiça de

- (A) documentação, movimentação e execução.
- (B) execução, documentação e movimentação.
- (C) movimentação, execução e documentação.
- (D) execução, movimentação e documentação.
- (E) documentação, execução e movimentação.

60. Subirá por instrumento, dentre outros, o recurso em sentido estrito interposto da decisão que

- (A) conceder ou negar a ordem de *habeas corpus*.
- (B) não receber a denúncia.
- (C) não receber a queixa.
- (D) pronunciar o réu.
- (E) indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição.